



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: PAULO FRANGE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA.

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 26/10/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

O SR. PRESIDENTE (Paulo Frange) – São 12h11. Presentes os Vereadores Paulo Frange e Ely Teruel. Quero agradecer a presença da arquiteta Rosana Yamaguchi, representando o Sr. Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento Urbano.

Na qualidade de Presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 27ª Audiência Pública do ano de 2022.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço www.saopaulo.sp.leg.br/AUDITORIOSONLINE, pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook e pela TV Câmara São Paulo, canal 8.3.

Esta audiência vem sendo publicada diariamente no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 22/10/2022, no jornal *O Estado de S.Paulo* desde o dia 22/10/2022 e no jornal *Folha de S.Paulo* desde o dia 24/10/2022.

Inscrições para pronunciamentos já foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo.

Passemos aos itens da pauta.

Item 1º. Segunda audiência pública do PL 457/2018, de autoria do Vereador Aurélio Nomura. “Dispõe sobre a proibição dos serviços privados de vigilância urbana e utilizar sirenes, alarmes ou similares no horário noturno”.

Não há oradores inscritos; está realizada a audiência pública do PL 457/2018.

Passemos ao item seguinte.

Item 2º. PL 97/2019, de autoria dos Vereadores Gilberto Natalini, Caio Miranda Carneiro, Claudio Fonseca, Reis, Mario Covas Neto, Celso Giannazi, Eduardo Matarazzo Suplicy, Soninha Francine, Celso Jatene, Professor Toninho Vespoli, José Turin e Eliseu Gabriel. “Dispõe sobre a criação do Parque Municipal Mananciais do Paiol, e dá outras providências”.

Não há oradores inscritos. (Pausa) Antes de encerrar esta audiência, lembro que essa é uma área privada e não consta do Plano de Metas da atual gestão. Encerrada a audiência pública do PL 97/2019.

Passemos ao item seguinte.

Item 3º. PL 626/2019, de autoria dos Vereadores Isac Felix e Thammy Miranda. Dispõe sobre a destinação de espaço nos parques municipais para a colocação de fraldário, e dá outras providências”.

O relator é o Vereador André Santos. Não há oradores inscritos; encerrada a discussão e realizada a audiência pública do PL 626/2019.

Informo a presença do Vereador Rodrigo Goulart.

Passemos ao item seguinte.

Item 4º. PL 540/2020, dos Vereadores Aurélio Nomura e Rubinho Nunes. “Dispõe sobre o ressarcimento de despesas com o tratamento de animais vítimas de maus tratos no Município de São Paulo”.

O relator é o Vereador Rodrigo Goulart. Não há inscritos; encerrada a audiência pública do PL 540/2020.

Passemos ao item seguinte.

Item 5º. PL 645/2020, de autoria do Vereador Eliseu Gabriel. “Dispõe sobre a implantação ou adaptação de fraldário em todos os banheiros públicos, femininos e masculinos, instalados nos hospitais e postos de saúde no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências”.

Não há oradores inscritos; encerrada a audiência pública do PL 645/2020.

Passemos ao item seguinte.

Item 6º. PL 20/2021, de autoria do Vereador Aurélio Nomura. “Institui o Programa Municipal de Patrocínio para Incentivo da Coleta Seletiva do Lixo no Município de São Paulo”.

O relator é o Vereador Rodrigo Goulart. Não há oradores inscritos; encerrada a audiência pública do PL 20/2021.

Passemos ao item seguinte.

Item 7º. PL 78/2021, de autoria dos Vereadores Thammy Miranda e Sandra Tadeu. “Dispõe sobre a obrigatoriedade de colocação de placas na entrada nos locais que especifica

com os seguintes dizeres: ‘A exploração sexual de crianças e adolescentes é crime punido com reclusão de 4 a 10 anos e multa’, e dá outras providências”.

Não há inscritos; encerrada a audiência pública do PL 78/2021.

Passemos ao item seguinte.

Item 8º. PL 243/2021, de autoria dos Vereadores André Santos, Paulo Frange, Faria de Sá e Rodrigo Goulart. Dispõe sobre a criação de 4 (quatro) hospitais públicos veterinários nos bairros Jabaquara, Butantã e Brasilândia, Ipiranga no Município de São Paulo.

Não há inscritos; encerrada a audiência pública do PL 243/2021.

Passemos ao item seguinte.

Item 9º. PL 267/2021, de autoria do Vereador Camilo Cristóforo. “Altera o parágrafo único do artigo 161, da Lei 13.478, de 30 de dezembro de 2002 (otimização do serviço de remoção de veículos abandonados)”.

Não há inscritos; encerrada a audiência pública do PL 267/2021.

Passemos ao item seguinte.

Item 10. PL 269/2021, de autoria do Vereador Jair Tatto. “Autoriza o executivo a instituir o hospital público veterinário no Distrito da Brasilândia, para atendimento de animais e dá outras providências”.

Não há inscritos; encerrada a audiência pública do PL 269/2021.

Peço à assessoria que converse com o Vereador Jair Tatto para que S.Exa. possa apensar esse projeto ao projeto de igual teor que já existe para a mesma região, que versa sobre a instituição de um outro hospital público veterinário. Caso concorde, por favor, que seja feito o apensamento dos dois projetos de lei.

Passemos ao item seguinte.

Item 11. PL 330/2021, de autoria dos Vereadores Rodrigo Goulart e Marcelo Messias. “Dispõe sobre a criação do polo ecoturístico histórico cultural da Represa Guarapiranga e Billings, e dá outras providências”.

O relator é o Vereador Aurélio Nomura. Não há inscritos; encerrada a audiência

público do PL 330/2021.

Passemos ao item seguinte.

Item 12. PL 462/2021, dos Vereadores Gilson Barreto e Professor Toninho Vespoli. “Dispõe sobre a criação do Parque Municipal Cotonifício Guilherme Giorgi, e dá outras providências”.

Não há inscritos; encerrada a audiência pública do PL 462/2021.

Passemos ao item seguinte.

Item 13. PL 489/2021, dos Vereadores Ricardo Teixeira e Rubinho Nunes. “Dispõe no âmbito do Município de São Paulo sobre a autorização para colocação de contêineres no ponto viciados de lixo, o chamado ‘ecoponto pronto’, e dá outras providências”.

O relator é o Vereador Aurélio Nomura. Não há inscritos; encerrada a audiência pública do PL 489/2021.

Passemos ao item seguinte.

Item 14. PL 624/2021, de autoria da Vereadora Janaína Lima. “Institui o Programa de Gestão de Resíduos Sólidos da Rede Municipal de Ensino da Cidade de São Paulo, e dá outras providências”.

Não há inscritos; encerrada a audiência pública do PL 624/2021.

Passemos ao item seguinte.

Item 15. PL 680/2021, de autoria do Vereador Marlon Luz. “Institui a devolução de 50% do valor pago a título de imposto sobre propriedade de veículos automotores - IPVA incidente sobre os veículos licenciados no Município de São Paulo e que sejam adaptados ao uso de gás natural veicular – GNV”.

Na última audiência pública, nós pedimos à assessoria que fosse informado ao autor para que S.Exa. pudesse mudar de 50% para 40%, uma vez que há uma parcela que vai para o Fundeb. Insisto que essa informação seja registrada no projeto para que, quando o projeto for a Plenário, possa se fazer a mudança correspondente.

Não há inscritos; encerrada a audiência pública do PL 680/2021.

Passemos ao item seguinte.

Item 16. PL 10/2022, de autoria dos Vereadores Marcelo Messias e Adilson Amadeu. Proíbe fazer tatuagens permanentes ou temporárias ou colocação de ‘piercing’ em animais para fins estéticos, e dá outras providências”.

Não há inscritos; encerrada a audiência pública do PL 10/2022.

Passemos ao item seguinte.

Item 17. PL 57/2022, de autoria da Vereadora Sandra Santana. “Fica autorizado o Executivo a instituir o Programa de Parceria e Cooperação visando o reuso e o encaminhamento de retalhos de tecidos e outros produtos descartados pela produção têxtil para a utilização em cursos de qualificação e capacitação de munícipes de baixa renda ou de vulnerabilidade social”.

Não há inscritos; encerrada a discussão do PL 57/2022.

Passemos ao item seguinte.

Item 18. PL 84/2022, de autoria da Vereadora Sandra Tadeu. “Cria a obrigatoriedade de implante de *chips* de identificação em cães e gatos doados ou vendidos no Município de São Paulo.

Não há inscritos; encerrada a audiência pública do PL 84/2022.

Passemos ao item seguinte.

Item 19, PL 359/2021, de autoria do Vereador Eliseu Gabriel. “Altera o parágrafo único do artigo 4º da Lei 16.050, de 31 de julho de 2014, e dá outras providências (ref. Adiamento do prazo para encaminhamento de proposta de Revisão do Plano Revisor)”.

O Governador propõe que seja adiado o prazo para 31/12/2023. Como está presente a representante do Secretário Marcos Gadelho, a Dra. Yamaguchi, ela poderá falar alguma coisa. Quanto à Comissão de Política Urbana, nós estamos bastante seguros de que o projeto chegará até o final do ano, pois tudo está muito bem encaminhado. Porém, não deixa de ser um ponto em aberto, eventualmente se houver a necessidade de utilizar o projeto do Vereador Eliseu Gabriel.

Portanto, está encerrada, sem discussão, a audiência pública do PL 359/2021.

Passemos ao item seguinte.

Item 20, PL 631/2021, de autoria do Vereador Rubinho Nunes. “Dispõe sobre a criação do Programa Desperdício Zero e o Selo Estabelecimento contra o Desperdício, e dá outras providências”.

Não há inscritos; está encerrada a audiência pública do PL 631/2021.

Passemos ao item seguinte.

Item 21. PL 679/2021, de autoria do Vereador Rodrigo Goulart. “Dispõe sobre a disponibilização das licenças ambientais emitidas pela Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, e dá outras providências”.

Não há inscritos; encerrada a audiência pública do PL 679/2021.

Passemos ao item seguinte.

Item 22. PL 812/2021, de autoria da Vereadora Sandra Tadeu, teve audiência pública realizada pela autora na semana passada e, portanto, nós o estamos retirando da pauta, porque ela realizará a segunda audiência pública.

Passemos ao item seguinte.

Item 23. PL 870/2021, de autoria da Vereadora Sandra Tadeu. “Dispõe sobre a alteração do quadro 7, anexo à Lei nº 16.050, de 31 de julho de 2014, que dispõe sobre a Política de Desenvolvimento Urbano, o Sistema de Planejamento Urbano e o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo para incluir a criação do Parque Municipal Santuário Chácara Alfomares”.

Não há inscritos. Não sei se a Dra. Yamaguchi quer falar alguma coisa, mas da parte da Comissão de Política Urbana, a proposta é interessante no sentido de encaminhá-la para a Revisão do Plano Diretor e não tentar aprovar esse projeto especificamente, nós vamos estar tratando de alguns outros projetos que versam sobre o mesmo assunto, de novos parques e, eventualmente, nós vamos recolher ou não na Revisão do PDE. Portanto, informo a Vereadora Sandra Tadeu que seria interessante que essa sugestão fosse encaminhada a Revisão do PDE para que nós possamos inclui-la ou não na política pública de desenvolvimento urbano do

Município.

Encerrada a discussão e realizada a audiência pública do PL 870/2021.

Passemos ao item seguinte.

Item 24. PL 136/2022, de autoria do Vereador Marcelo Messias. “Altera a redação do parágrafo 2º do artigo 123 da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, que disciplina o uso e a ocupação do solo na redação dada pelo artigo 7º da Lei nº 16.886, de 4 de maio de 2018, e dá outras providências”.

Na verdade, esse projeto de lei prorroga o para dezembro de 2023 a possibilidade da regularização de reforma dos locais de culto, e está vencida. Uma vez que está vencida, é pertinente e interessante para que não haja vazio legal neste momento. Da nossa parte, não há nada ao que se opor e, se a Dra. Yamaguchi quiser, pode complementar. (Pausa) Não quer.

Está encerrada a discussão do PL 136/2022.

Passemos ao item seguinte.

Item 25. PL 149/2022, de autoria dose Vereadores Felipe Becari, Arselino Tatto, Sandra Tadeu, Ely Teruel, Xexéu Tripoli, Rodrigo Goulart e Professor Toninho Vespoli. “Altera dispositivos da Lei nº 17.703, de 3 de novembro de 2021, e dá outras providências (Dispõe sobre a criação do ‘Programa Hospital Escola Veterinária’ e do ‘Instituto Médico Legal Veterinário – IMLV’)”.

O relator é o Vereador Aurélio Nomura. Não há inscritos; encerrada a discussão e está realizada a audiência pública do PL 149/2022.

Passemos ao item seguinte.

Item 26. PL 210/2022, de autoria do Vereador Rubinho Nunes. “Altera a lei 15.997, de 27 de maio de 2014, visando à instalação de carregadores de veículos elétricos e híbridos, e dá outras providências”.

Não há inscritos; encerrada a discussão e está realizada a audiência pública do PL 210/2022.

Passemos ao item seguinte.

Item 27. PL 235/2022, de autoria do Vereador Alessandro Guedes. “Institui o processo automático de aprovação dos projetos de edificações de até 250 metros quadrados na cidade de São Paulo”. Não há inscritos. Nós lembramos que há algumas situações que precisam ser discutidas mais tecnicamente, porque nós já temos a via rápida, uma prova rápida para os empreendimentos dessa natureza, que tenham entre 75 e 130 dias de prazo que tenha sido cumprido, e aqui está-se falando em 120 dias. Em todo caso, essa matéria vai ser tratada no Plenário, apesar de ser pertinente à nossa Comissão.

Peço à assessoria que fale com o Vereador Alessandro Guedes para que S.Exa. possa discutir esse projeto com a assessoria técnica da Comissão de Política Urbana, eventualmente até para uma redação até um pouco mais clara, porque existem regras a serem cumpridas e, da forma como está aqui não está claro se o cumprimento é para imóveis até 250 metros.

Encerrada a audiência pública do PL 235/2022.

Passemos ao item seguinte.

Item 28. PL 238/2022. “Autoriza Administração Municipal a destinar a área e construir edificação com a finalidade de servir como crematório público de animais no Município de São Paulo”.

Não há inscritos; está encerrada a discussão e realizada a audiência pública do PL 238/2022.

Passemos ao item seguinte.

Item 29. PL 437/2022, de autoria do Vereador Aurélio Nomura. “Altera a Lei 16.499, de 20 de julho de 2016, para aumentar os prazos de elaboração do Mapa do Ruído Urbano de São Paulo”. A lei era de julho, tinha quatro anos e venceu em 2020, e o projeto está pedindo cinco anos para a vigência da nova lei. É pertinente, não vejo problema, mas vamos deixar para tramitar.

Não há inscritos; está encerrada a audiência pública do PL 437/2022.

Não havendo mais oradores inscritos e nada mais havendo a ser tratado, dou por

encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Tenham todos uma boa tarde.
